

Soluções para a crise

Oito professores, pensadores e políticos de esquerda, de direita ou independentes, dão o seu contributo para vencer as dificuldades e chegar ao fim do ano com as contas (mais) equilibradas

POR SARA RODRIGUES E SÓNIA SAPAGE



CARLOS MOEDAS
E VÍTOR GASPAR
O primeiro faz
a ligação do Governo
com a *troika*



JOSE CARLOS CARVALHO

Em 2010, em plena crise financeira, o Governo irlandês lançou um concurso nacional: na falta de dinheiro, pediu aos eleitores, e não só (aos estrangeiros também), contributos para sair do buraco. Novos negócios, formas de gerar emprego, soluções criativas capazes de devolver ao país o clima de confiança perdido. O Governo quis ir além das medidas habituais de austeridade – contenção salarial, aumento de impostos, corte na despesa pública, moralização das remunerações dos gestores públicos – e o banco de ideias tomou a forma de competição nacional. Todos tinham a ganhar. Até o Governo, que assim deu sinais de querer aproximar-se do povo.

Em Portugal, não há nenhum concurso de ideias, mas há muito quem, mês após mês, partilhe as suas opiniões sobre como controlar o défice ou melhorar a economia – o que não é necessariamente a mesma coisa. Um imposto no valor de 4% da riqueza do País e pago por todos os portugueses de uma só vez foi a sugestão de

Miguel Cadilhe, ex-ministro das Finanças, em declaração proferida na Sala do Senado, na Assembleia da República, em maio. Na mesma lógica, Bagão Félix defendeu um corte nos rendimentos, aplicado a todos os portugueses (e não apenas aos funcionários públicos e pensionistas), como forma de disseminar os sacrifícios.

Menos direta, Manuela Ferreira Leite, ex-líder do PSD, apontou outro caminho, em junho. «Não tratamento de choque», mas «um tratamento mais lento, mais pausado, para não matarmos o doente pelo tratamento, em vez de o deixarmos morrer pela doença», disse, em Setúbal, num ciclo de conferências sobre Con-

Se não recriarmos o aparelho produtivo, não vamos sair da cepa torta'

Medina Carreira, ex-ministro das Finanças

solidação, Crescimento e Coesão. Também o ex-ministro Medina Carreira, que se tem pronunciado sobre assuntos relacionados com a crise, já deixou claro que «tirar dias de férias ou feriados aos portugueses não passa de treta». Quando fez um ano que o dinheiro do Banco Central Europeu (BCE), da Comissão Europeia e do FMI entrou em Portugal, acrescentou que «devemos comparar o código laboral de Portugal com o da Hungria ou o da República Checa para ver o que temos de fazer. (...) Se não recriarmos o aparelho produtivo, não vamos sair da cepa torta».

Na Grécia, a última sugestão da *troika* foi aumentar a semana de trabalho para seis dias.

Ao longo das páginas que se seguem, oito personalidades da política e do mundo académico expõem as suas ideias para tirar Portugal do buraco, numa altura em que decorre a quinta avaliação da *troika*, a que mais influenciará o Orçamento do Estado (OE) para 2013 e o próximo ano dos portugueses. ▣

Eugénio Rosa

71 anos, economista e membro da CGTP-In

- Promoção do bom investimento público, escolhido com base numa análise de custo-benefício que não seja falsa, como a que foi utilizada para construir estádios de futebol ou autoestradas com reduzido tráfego. Pode ser, por exemplo, o transporte ferroviário interno (passageiros e mercadorias), o transporte urbano (metro alargado a mais áreas urbanas) e, também, apoio ao investimento a empresas que produzem bens para o mercado interno, visando substituir importações.

- **Reanimação da construção civil. Isto não se consegue construindo mais habitações (as existentes já são mais que as necessárias), nem liberalizando as rendas, como pretende o Governo. A reanimação do setor da construção passa pela recuperação do gigantesco parque degradado de habitações e exige um plano com financiamento garantido e cujo pagamento seja acessível a quem terá de o pagar.**

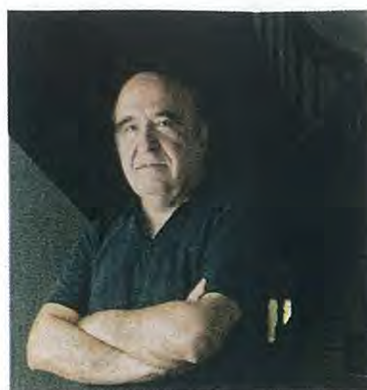
- O Governo devia impor à CGD e aos bancos que receberam apoio do Estado (BCP e BPI) metas quantificadas de concessão de crédito às PME'S.

- **São necessárias medidas de defesa dos rendimentos da maioria dos consumidores, trabalhadores, pensionistas e outros setores desfavorecidos. A primeira medida a tomar teria de ser a atualização do salário mínimo, até porque o seu impacto nas empresas é reduzido.**

- Uma política fiscal diferente, que penalizasse a especulação financeira (por exemplo, uma taxa sobre as transações financeiras) e os dividendos distribuídos, permitiria reduzir a carga fiscal brutal que incide atualmente sobre os rendimentos mais baixos.

- **A política social devia ser alterada, nomeadamente em relação aos pensionistas, aos desempregados e às famílias que têm sofrido fortes cortes. O confisco do subsídio de Natal e de férias aos pensionistas, aposentados e trabalhadores da Função Pública devia terminar definitivamente sem serem criados novos impostos sobre os rendimentos do trabalho e das pensões para obter a mesma receita ou ainda maior.**

JOSE CARLOS CIRIACO

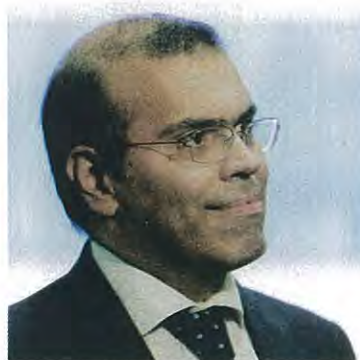


FILIPPO CERREIA

José Reis

58 anos, diretor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e ex-secretário de Estado do Ensino Superior

- Sugiro ao Governo a mais elementar das ideias: declarar que o memorando é mau, injusto, inútil e contraproducente e renegociá-lo de imediato, para assim dar ao País uma esperança de progresso e justiça.



MARCO BORGIA

Diogo Feio

41 anos, ex-secretário de Estado da Educação, eurodeputado do CDS e membro da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários

- A minha ideia é trabalho e credibilidade, como formas de, quando necessário, poder fazer adaptações. Isto é, o que o Governo deve fazer é manter o cumprimento do que foi assinado, continuando na senda da credibilidade, uma imagem que conseguiu conquistar junto das instituições europeias. Essa poderá ser a forma de, quando for preciso, ir adaptando o memorando às necessidades da economia portuguesa. As adaptações (como a flexibilização dos prazos, por exemplo) só se conseguirão com cumprimento, trabalho e credibilidade, não com beraria ou exigências na praça pública.

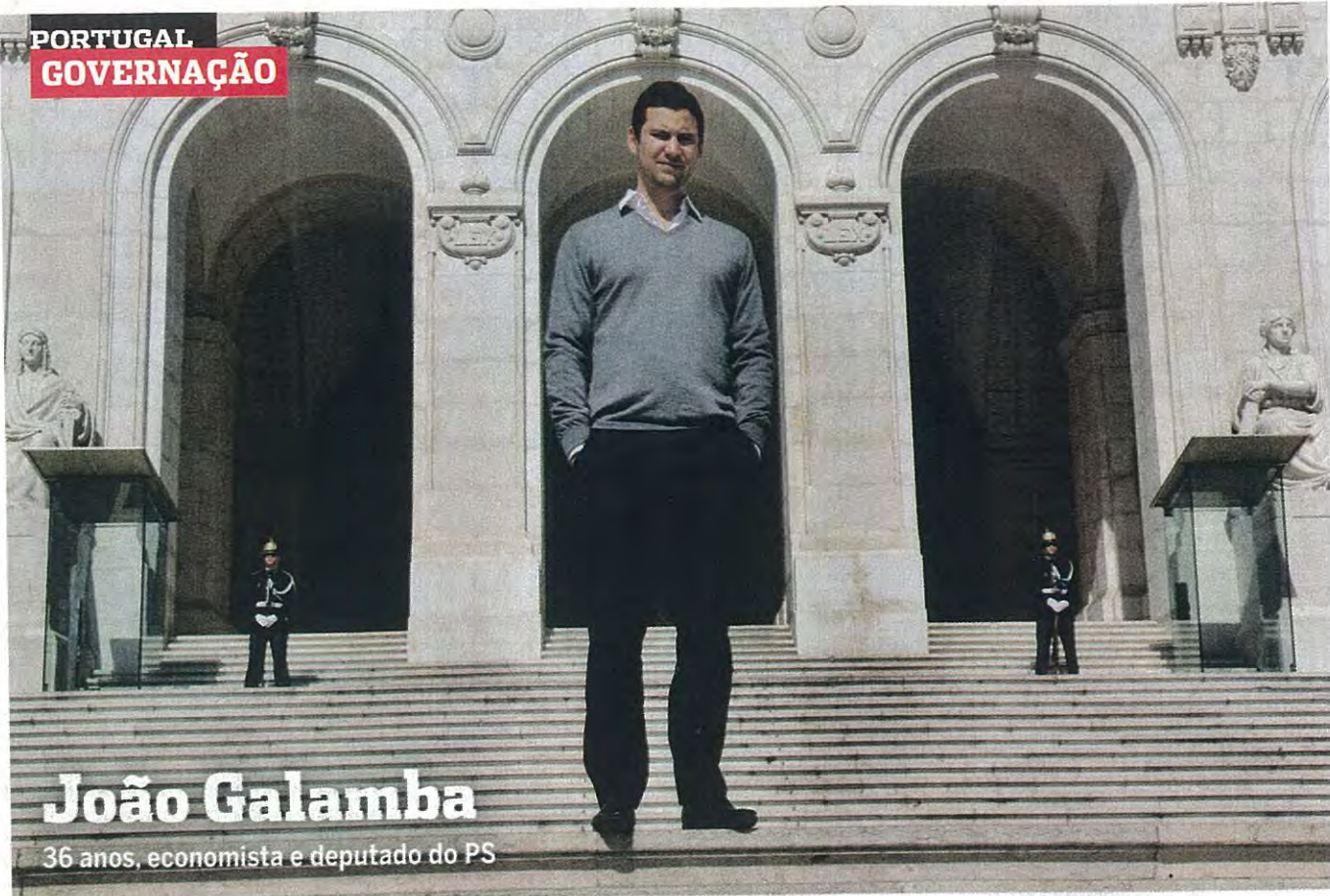
Eugénio Viassa Monteiro

Professor e presidente do conselho académico da AESE – Escola de Direção e Negócios

- **Inove. Crises estruturais exigem soluções radicais. Explore novos mercados de alto crescimento. Felizmente, no meio da crise que apanhou agudamente os países ricos, há diversos países com vasta população que estão a melhorar estavelmente a sua situação económica e a crescerem a taxas muito significativas. Índia, Brasil, China, Rússia, falando nos BRIC; África do Sul, Gana, Angola, Moçambique, no continente africano; na América do Sul, países como Chile, Peru ou Colômbia são exemplos claros do esforço coroado de êxito, após a completa desorganização provocada pelo colonialismo ou pelo socialismo. Este crescimento significa capacidade de consumir e, portanto, miríades de nichos de mercado que esperam por nós. Deve-se estudar seriamente a hipótese de se lhes vender, de preferência, produtos feitos cá. A mão de obra na Europa é muito cara, pelo que terá de se reduzir muito os custos, para tornar a venda possível. Alternativamente, só exportar produtos lá apreciados, de alto valor intrínseco, difíceis de se produzir localmente e, como tal, que estimulem a apetência de compra dos estratos locais abastados. E fabricar nos países onde saia mais económico, para se fazer a arbitragem de custos. (Esta ideia, que tanto pode servir o Governo como os empresários portugueses, consta de um artigo mais vasto sobre Sair mais forte da crise que será publicado brevemente.)**



DR.



João Galamba

36 anos, economista e deputado do PS

- Todas as rubricas do OE que resultem de flutuação da atividade económica (na despesa, por exemplo, os gastos com prestações sociais e, na receita, os impostos), independentemente da variação que venha a ocorrer, não devem ser consideradas relevantes para a redução do défice. Se, por causa destes dois parâmetros, o défice chegar a 6%, é deixar que isso aconteça. Há uma componente do défice que não pode ser reduzida enquanto subsistir a recessão, só depois, com a retoma da atividade económica.

- **Dar particular atenção ao investimento público que tem sido tratado, apenas, como mais uma despesa do Estado. Este investimento poderia ser feito com uma boa supervisão europeia. Não há futuro para nenhuma economia sem investimento público. Poderia ser articulado com a União Europeia através de fundos para, por exemplo, viabilizar projetos considerados de interesse estratégico, como a rede de transportes.**

- O presidente do BCE já reconheceu que só a autoridade monetária é que tem poder para fazer descer os juros e esta decisão

muda radicalmente a forma de resgate aos países em dificuldades. Se, até ao momento, os Estados tinham um determinado envelope financeiro, tratado fora dos mercados e, depois, tentavam conquistar a confiança destes, agora, o que o BCE vai fazer, embora ainda exija um memorando de entendimento, é fabricar ativamente essa confiança, influenciando o preço a que a dívida se transaciona. Se o BCE, que tem esse poder, o fizer, será mais fácil garantir liquidez aos países que estão sob pressão, baixando os seus custos de financiamento. Isto é essencial. A crise da dívida soberana resolve-se reconhecendo que há uma falha na arquitetura monetária da Zona Euro e que só o BCE a pode colmatar, intervindo ativamente no mercado para controlar os juros da dívida.

- **É fundamental abandonar as políticas de austeridade que vigoram não apenas nos países sob pressão mas em toda Europa. Se isso não acontecer, vamos ter um agravamento da recessão, do desemprego e uma crise de investimento. Não é possível reverter a situação se se insistir na estratégia suicidária de medidas de austeridade.**

Sandro Mendonça

37 anos, economista e professor universitário

- É tempo de implementar uma abordagem de eficiência energética radical. O nosso aparelho económico – indústria, serviços e agricultura – é muito intensivo no consumo de combustíveis fósseis e 30% das nossas importações estão relacionadas com esta matéria-prima. São fundos entregues ao exterior para os quais não há nenhum retorno. É preciso economizar nas matérias-primas e subsidiárias e não no trabalho. A política pública não pode ser o despedimento. Temos de pôr os oligopólios na ordem, desde a Galp à EDP, e rever as necessidades do consumo privado apostando na frugalidade. Desfrutamos de um estilo de vida desadequado à maneira como reproduzimos o rendimento.

- **Tributação sobre dividendos e ganhos de capital, de maneira a que operações de alta finança, em offshores e outras, contribuam para a receita. A massa tributária não pode ser apenas captada aos trabalhadores, já chega.**

- Não fazer as privatizações anunciadas. Vender empresas ao desbarato não é boa política. Estamos a alienar serviços públicos que não voltarão para o Estado. As privatizações são uma técnica de fazer um pequeno encaixe no momento para, no futuro, aumentarem os preços que serão impostos.

